NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Caderno Nesp n 09.indb 1 01/11/2019 10:01:30

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP
Número 9: Na cidade: micropolíticas e modos de existência

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

GRUPO GESTOR

REPRESENTANTES DA PUC MINAS:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

REPRESENTANTES DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE:
Frederico Santana Rick
José Zanetti Gonçalves

SECRETARIA:
Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Robson Sávio Reis Souza
Claudemir Francisco Alves

NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Adriana Maria Brandão Penzim
Robson Sávio Reis Souza
Claudemir Francisco Alves
Organização

Núcleo de Estudos Sociopolíticos
editora PUC Minas

Belo Horizonte
2019

Caderno Nesp n 09.indb 3 01/11/2019 10:01:30

© 2019 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Coordenador do Anima: Pe. Áureo Nogueira de Freitas

EDITORA PUC MINAS
Diretor: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Projeto gráfico e diagramação do miolo: Eduardo Magalhães Salles
Capa: Cláudio Lütkenhaus

CONSELHO EDITORIAL
Edil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Javier Alberto Vadell, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Lemos de Azevedo, Márcia Stengel, Meire Chucre Tannure Martins, Mozahir Salomão Bruck, Pedro Paiva Brito, Sérgio de Morais Hanriot.

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N111 Na cidade: micropolíticas e modos de existência/ organizadores Adriana Maria Brandão Penzim; Robson Sávio Reis Souza, Claudemir Francisco Alves e. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, NESP, 2019.

280 p.: il.

ISBN – 978-85-8229-111-5

1. Cidades e vilas. 2. Sociologia urbana. 3. Planejamento urbano. 4. Espaços públicos. 5. Ecologia agrícola. I. Penzim, Adriana Maria Brandão. II. Souza, Robson Sávio Reis. III. Alves, Claudemir Francisco. IV. Título.

CDU: 711

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp
Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978 – e-mail: nesp.pucminas.br – site: www.nesp.pucminas.br

Caderno Nesp n 09.indb 4 01/11/2019 10:01:30

Lista de siglas e abreviaturas

ACNUR..... Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CERNA ..... Centro Risoleta Neves de Atendimento (Belo Horizonte)
CEU ..... Centro de Artes e Esportes Unificados
CIDH..... Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CINDS..... Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CRAS ..... Centro de Referência de Assistência Social
EI..... Escritório de Integração (PUC Minas)
EMASP..... Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
Enem..... Exame Nacional do Ensino Médio
Fumec ..... Universidade Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura)
LGBT..... Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAO ..... Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte
MMOB..... Movimento de Mulheres Olga Benário
NEA ..... Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
ONG..... Organização não governamental
PAIF..... Proteção e Atendimento Integral à Família
PPP ..... Projeto político-pedagógico
RAPS ..... Rede de Atenção Psicossocial
RISP ..... Região Integrada de Segurança Pública
RMBH..... Região Metropolitana de Belo Horizonte
SJMR ..... Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
Seduc ..... Secretaria Municipal de Educação de Contagem (MG)
SMDHC..... Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
SUAS ..... Sistema Único de Assistência Social
TJMG ..... Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG ..... Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

APRESENTAÇÃO
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza 11

PARTE I:
PROJETANDO OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA

Saraus: sociabilidade, resistência e recriação dos espaços públicos
Rachel de Castro Almeida
Adriana Maria Brandão Penzim 23

Comunicação social: um desafio democrático
Ercio Sena 47

Apreciar, refletir e problematizar: a visitação ao Museu de Artes e Ofícios como oportunidade de indagação sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro
Mara Marçal Sales
Carlos Eduardo Carrusca Vieira
João César de Freitas Fonseca 65

PARTE II
EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As ações coletivas na construção de uma cultura de solidariedade
Bruno Márcio de Castro Reis 87

Redes tecidas pela Agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: AMAU, RUA Metropolitana e desdobramentos possíveis
Gabriel Mattos Ornelas
Cristiana Guimarães Alves
Daniela Adil Oliveira de Almeida
Marcelo Oliveira de Almeida 111

Planejamento urbano feminista: a casa de referência da mulher e o movimento de mulheres na cidade de Belo Horizonte
Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes Cabral
Ana Carolina Machado Amoni Girundi 131

Formando socializadores/multiplicadores em cidadania e direitos humanos no poder público: a experiência da Escola de Governo de São Paulo
Pedro Aguerre
Isabel Cristina Rodrigues
Maurício Piragino (Xixo) 149

Justiça Restaurativa: convite a refletir e a agir para a construção de relações justas
Monica Mumme 173

PARTE III:
EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes
Marcia Mansur Saadallah
Manoela da Silva Costa Marra
Thaís Natiele Bessa de Miranda 193

Projeto Ler: uma experiência de leitura e escrita com refugiados e migrantes
Sandra Cavalcante
Josiane Militão 213

O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas
Alícia Duarte Penna
Denise Pirani
Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt
Hilda Cotegipe
Maria Elisa Baptista
Silvio Romero Fonseca Motta
Tiago Castelo Branco Lourenço
Viviane Zerlotini da Silva 231

Cuidar da criança em sofrimento: a contribuição da Psicologia Social para a humanização da escola
Luiz Carlos Castello Branco Rena
Manoel Deusdedit Júnior 257

Sobre os autores 275

Apresentação

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

O Nesp – Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte, criado em 2005, dedica-se, desde então, à luz da Doutrina Social da Igreja, a ofertar educação sociopolítica aos movimentos sociais, pastorais, comunitários, eclesiais e outros coletivos que integram a sociedade civil organizada.

Com a pretensão de promover permanente reflexão sobre questões relevantes do mundo contemporâneo e capacitação em conteúdos orientadores para uma atuação política de intervenção na realidade que vise à construção de uma ordem social democrática, justa e solidária, o Nesp realiza atividades de formação tais como cursos, seminários e encontros e produz e publica livros, cartilhas, vídeos, textos eletrônicos, de acordo com o alcance formativo que se pretenda e os públicos a que se direcionam.

Em 2011, integrando sua estratégia de divulgação e compartilhamento de saberes, o Nesp lançou a série "Cadernos Temáticos", publicação que se apresenta impressa e em meio digital, com o objetivo de divulgar diferentes produções textuais que possam ampliar o debate e a reflexão sobre temas de especial importância, sobretudo no que tange à realidade brasileira.

O volume agora publicado, de número 9, volta-se para temáticas atinentes à vida na cidade e à problemática da existência urbana. No mundo contemporâneo, as grandes cidades constituem-se em local de convergência de interesses econômicos e políticos, constituindo-se em

locus privilegiado de um processo de produção de modos de ser e de viver. A organização espacial da sociedade espelha claramente as relações de poder ali presentes e, no Brasil, é nas cidades que se expressa de modo contundente a absurda desigualdade social. É nesse contexto que se passam as diversas experiências aqui focalizadas.

Como se verá, trata-se do que aqui denominamos "micropolíticas": práticas que, em recusa ao que é dado e ordenado hegemonicamente, promovem uma re-apropriação coletiva dos espaços, das culturas, dos saberes locais – tantas vezes desqualificados e desconsiderados – deslocando os limites, redescobrindo possibilidades, inventando e afirmando novas formas de sociabilidade e afetividade, na cidade.

O que aqui se pretende é escovar a realidade a contrapelo, em um momento em que a convivência coletiva, sobretudo nas grandes e médias cidades brasileiras, passa por transformações claras e velozes, promovendo uma sociabilidade caracterizada pela violência, numa dinâmica que tem sido prontamente assimilada e naturalizada, imiscuindo-se nas ações cotidianas e impregnando as relações sociais que passam a se configurar em formas violentas e dispersivas.

Assim é que este volume dos Cadernos do Nesp percorre espaços públicos e institucionais com o propósito de estranhar o cotidiano aparentemente reificado buscando, tal como na composição de um mosaico, reunir e compartilhar experiências que estimulam relações sociais pacíficas e solidárias, manifestadas em práticas, olhares, gestos, ações, palavras.

Esta publicação está dividida em três partes. A primeira – "Projetando outros modos de existência" – tem início com o artigo "Saraus: sociabilidade, resistência e recriação dos espaços públicos". Nele, Rachel Almeida e Adriana Penzim discorrem sobre os coletivos de sarau, uma das mais potentes manifestações das periferias urbanas, na atualidade. O lugar social e político ocupado pelas periferias e por seus atores individuais e coletivos vem sendo ressignificado traduzindo-se em distintos modos de expressão das lutas emancipatórias. A presença de coletivos de jovens de periferia ocupando os espaços públicos das grandes cidades sublinha a importância de se compreender a dimensão espacial presente nas novas formas de associativismo civil. Neste sentido, seguindo os rastros de coletivos de sarau, na Região Metropolitana de Belo Horizonte,

discute-se o papel desses atores, as estratégias de uso e ocupação dos espaços públicos que adotam e o modo como se expressam, por meio de poemas, trazendo à tona a tríade espaço percebido-concebido-vivido. Nos saraus, coletivos de jovens mostram-se capazes de explicar o seu lugar no mundo e fundamentar a sua existência a partir do orgulho de ser periférico, o que resulta em inventivos modos de agir político.

Na sequência, o artigo produzido por Ercio Sena – "Comunicação social: um desafio democrático" – relata uma experiência de criação de canais alternativos de comunicação em um aglomerado de favelas do Rio de Janeiro. O objetivo é o de se contrapor à "narrativa criminalizante das favelas". Partindo dessa experiência tomada como paradigmática, propõe-se uma reflexão sobre a possibilidade e os desafios de se constituir uma comunicação afinada à visão de mundo e de sociedade encarnada pelos movimentos sociais. Há uma tendência, um risco, de que as organizações populares enfrentem a comunicação apenas como uma "inevitabilidade técnica", como se a adoção de certos meios e formas de comunicação fossem, por si só, algo a ser feito instrumentalmente. O perigo maior é o de se ignorar que as tecnologias digitais de comunicação pendem mais naturalmente à realização dos programas econômico e político neoliberais. O autor sugere que é preciso partir da consciência de que não há neutralidade nos meios (supostamente) técnicos de comunicação. A conclusão proposta – tão simples quanto desafiadora – é de que, para não repetir o modelo dominante, a comunicação deve ser um ato de coparticipação no esforço de compreender o mundo. O que implica uma reciprocidade constante que não pode ser interrompida. Ou seja, comunicar a diversidade, escapando à tentação de produzir somente o discurso de poucos. E, ao invés de falar em lugar dos outros, é preciso dar-lhes voz para que falem por si mesmos.

Concluindo a primeira parte, em "Apreciar, refletir e problematizar: a visitação ao Museu de Artes e Ofícios como oportunidade de indagação sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro", Mara Marçal, Carlos Carrusca e João Cesar Fonseca discorrem sobre as potencialidades educativas advindas da visitação ao Museu de Artes e Ofícios, na cidade de Belo Horizonte, motivando a reflexão sobre o trabalho e a maneira como a sociedade o representa. À luz da Psicolo-

gia Social Crítica do Trabalho, partem da constatação de que o senso comum reproduz falseamentos em suas representações do trabalho e do trabalhador. A visita ao Museu de Artes e Ofícios é vista, então, como uma iniciativa que enfrenta tais representações negativas fortemente disseminadas. Ao dar visibilidade à variedade dos ofícios, o museu reconhece e valoriza aqueles que os executam. Objetos e utensílios trazem consigo mulheres e homens que os utilizam e os impactos das mudanças tecnológicas na vida dessas pessoas trabalhadoras. Três observações são suscitadas pela visita a esse museu. A primeira diz respeito à tematização do trabalho, irredutivelmente múltiplo e diverso, pela qual se resgata a importância do cotidiano. Em segundo lugar, destaca-se o papel do museu na ativação da memória coletiva e individual dos visitantes. Por fim, emerge a reflexão sobre os sentidos do trabalho para a vida humana.

A segunda parte, intitulada "Experiências de movimentos sociais e políticas públicas", tem início com o artigo "As ações coletivas na construção de uma cultura de solidariedade". O autor, Bruno Márcio de Castro Reis, apresenta três ações desenvolvidas por coletivos socioculturais no município de Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As experiências narradas têm em comum o fato de se constituírem como formas diversas de apropriação e de uso popular e comunitário do espaço público, resultando, cada uma delas, em maneiras distintas de se produzir sociabilidade, diálogo e afeto. O primeiro caso é a constituição e a gestão compartilhada – governamental e comunitária – de um equipamento público idealizado como uma praça de serviços e atividades esportivas, culturais e de lazer. Na segunda parte do texto, o autor destaca as potencialidades das trocas entre universidade e sociedade, graças ao encontro de saberes técnico-científicos de um projeto de extensão da UFMG (Lumes) com o saber popular cultivado em uma associação que se dedica à formação sociocultural comunitária (Diadorim). Por fim, descreve-se uma experiência paroquial da Igreja Católica por meio da Pastoral da Juventude. A organização de um torneio de futebol tem se tornado uma forma de "evangelização inculturada", na medida em que o estímulo à prática desportiva se associa à valorização da memória coletiva e à prática de relações sociais solidárias. Neste texto, não apenas se detalha o caminho percorrido em cada uma

das experiências, mas também se avalia o potencial das ações coletivas para o empoderamento dos grupos sociais.

A agricultura urbana é o tema do artigo "Redes tecidas pela agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: AMAU, RUA Metropolitana e desdobramentos possíveis", de autoria de Gabriel Ornelas, Cristiana Alves, Daniela Oliveira de Almeida e Marcelo Oliveira de Almeida. A prática da agricultura e da agroecologia em meios urbanos demanda a produção de metodologias que levem à transformação social e ambiental, na medida em que gera sistemas alimentares justos e sustentáveis. A partir desse pressuposto, são compartilhadas duas práticas agroecológicas, cujos protagonistas se organizaram em rede com o objetivo de conquistar autonomia sobre o processo de produção e transformação, assim como sobre a comercialização e o consumo de alimentos em seus territórios. Focalizam-se, primeiramente, a mobilização e a articulação social que constituem um efetivo trabalho de base. Por outro lado, discutem-se o diálogo necessário com o poder público e a parceria com universidades e com outros atores da sociedade civil. A adoção dessas duas táticas permitiu que se criasse um sistema de certificação que garante melhores condições de comercialização dos produtos. E mais, o fortalecimento dos movimentos sociais populares e aprimoramento de políticas públicas estão entre os benefícios alcançados por esses coletivos democraticamente organizados.

Em "Planejamento urbano feminista: a casa de referência da mulher e o movimento de mulheres na cidade de Belo Horizonte", Maria Walkíria Cabral e Ana Carolina Girundi apresentam a experiência da Casa de Referência da Mulher Tina Martins no acompanhamento de mulheres vítimas de violência. Partem da constatação de que as iniciativas governamentais em andamento e as mudanças jurídicas já feitas – entre as quais se destaca a aprovação da Lei Maria da Penha – seguem sendo insuficientes para sanar as reiteradas violações de direitos humanos contra mulheres brasileiras. Ao longo do texto, as autoras descrevem os serviços existentes na cidade de Belo Horizonte para acolher as vítimas dessa forma de violência. Destacam, porém, a falta de integração e a precariedade com que se faz (quando se faz) tal atendimento. Num contexto em que se multiplicam os casos de agressão contra a mulher,

fica patente o despreparo do Estado para lidar com a situação. Frente a isso, o Movimento Olga Benário se organiza para constituir uma casa de acolhimento, que atua em parceria com coletivos, instituições, universidades e colaboradores, os quais constroem e mantêm o espaço de forma colaborativa. Trata-se da Casa de Referência Tina Martins, que fornece assistência emergencial e informativa permanente, acompanhamento periódico, além de abrigar mulheres, até que estas sejam orientadas e encaminhadas para casas abrigos ou serviços de saúde.

Segue-se o artigo "Formando socializadores/multiplicadores em cidadania e direitos humanos no poder público: a experiência da Escola de Governo de São Paulo". Nele, Pedro Aguerre, Isabel Cristina Rodrigues e Maurício Piragino apresentam a experiência realizada pela Escola de Governo de São Paulo na formação política. Embora as atividades formativas da Escola tenham se estendido ao longo de 26 anos, em atendimento a um público diversificado, o artigo se restringe ao relato da experiência de um percurso voltado à formação servidores públicos para atuarem como multiplicadores e socializadores. A centralidade do tema da cidadania e dos direitos humanos para discutir políticas públicas demonstra o objetivo efetivo de se promover uma mudança de mentalidades no Estado brasileiro. Para alcançar esse fim, tratou-se como indispensável o reforço ao protagonismo dos servidores na defesa da democracia, visto que são eles os principais responsáveis pelo atendimento às reivindicações sociais por meio das quais se combatem as desigualdades. O texto descreve a metodologia empregada naquela experiência com o objetivo de subsidiar outros estados e municípios que desejem instituir processos formativos similares.

Com o mesmo propósito de compartilhar uma experiência passível de ser reproduzida por estados e municípios, Monica Mumme, em "Justiça Restaurativa: convite a refletir e a agir para a construção de relações justas", discorre sobre a forma como uma sociedade aprende a lidar com as situações de violência e de injustiça. No Brasil, o sistema judiciário funciona sob uma chave reativa: responde-se à violência com a judicialização e com a aplicação de punições. Em razão disso, as pessoas diretamente envolvidas em situações injustas e violentas acabam por não participar da solução do problema. Ao contrário, segregam-

-se e excluem-se as pessoas cujos comportamentos são considerados inadequados. Em contraposição a esse modelo, coloca-se em debate a "justiça restaurativa" que preconiza o necessário aprendizado com os conflitos para que se ampliem os "repertórios relacionais" que permitam conduzir, de uma experiência injusta, para uma outra pautada pela consciência sobre sentimentos e necessidades dos envolvidos. Nessa linha de pensamento, a autora narra uma experiência conduzida pelo Laboratório de Convivência em um bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro, onde, desde 2017, mais de cem pessoas já foram formadas para adotar procedimentos restaurativos, formando os Núcleos de Justiça Restaurativa por meio dos quais redes de relacionamento vêm sendo estabelecidas. Trata-se de uma experiência de formação de agentes e formadores para atuar, de acordo com essa nova filosofia, junto ao sistema de Justiça, na educação, na assistência social, na saúde pública, na guarda municipal e em outros espaços comunitários.

A terceira parte do livro – "Experiências de extensão universitária" – tem início com o artigo "Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes". O artigo, produzido por Marcia Mansur, Manoela Marra e Thaís Miranda oferece, ao mesmo tempo, um relato e uma reflexão sobre um projeto de extensão realizado por professoras e alunas do Curso de Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. As participantes do projeto "Articulando redes, fortalecendo comunidades" dedicam-se a acompanhar diversas comunidades, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local e para fortalecer as políticas públicas territoriais. Ao longo do tempo, a realização de oficinas e outros eventos possibilitou que se fossem delineando os contornos de uma metodologia que permitisse superar os problemas candentes encontrados nas comunidades onde a extensão se realizava, com o intuito de fortalecer vínculos locais e proporcionar espaços de troca e socialização que estimulassem a participação social. Nessa proposta, o saber acadêmico não é tratado como um saber que precede o encontro com a comunidade: as estratégias metodológicas nascem da necessidade de superação dos impasses, das demandas de desenvolvimento local e do desafio de fortalecer as políticas públicas no território onde se realiza cada uma das experiências.

No texto que se segue, Sandra Cavalcante e Josiane Militão apresentam o "Projeto Ler – Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes", proposto na PUC Minas para responder a uma das maiores crises humanitárias da História: o êxodo de milhões de pessoas que migram para outros países em busca de refúgio ou de melhores condições de vida. Constitui-se, com migrantes e refugiados residentes em Belo Horizonte, uma comunidade intercultural dedicada ao aprimoramento das habilidades necessárias ao uso da língua portuguesa. A aproximação à cultura brasileira é condição para ampliar chances de empregabilidade, de ingresso na universidade, dentre outros aspectos que favoreçam a efetiva inserção dos participantes na sociedade brasileira. Apresenta-se a metodologia adotada e discutem-se problemas e desafios enfrentados nessa experiência que qualifica o direito de ir e vir e de se deslocar geograficamente entre as nações como o exercício de uma "cidadania planetária", o que requer o compromisso com uma agenda de valores e princípios como a empatia, a aprendizagem mútua e a imprescindível disposição para o diálogo.

Na sequência, sob o título "O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas", Alícia Penna, Denise Pirani, Eduardo Bittencourt, Hilda Cotegipe, Maria Elisa Baptista, Silvio Motta, Tiago Lourenço e Viviane Zerlotini da Silva abordam uma prática de extensão realizada em ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tais ocupações constituem processos autônomos e sustentáveis de urbanização. Por essa razão, essas vivências representam, para um arquiteto-urbanista em formação, a oportunidade de presenciar, em andamento, a transformação de seu campo de atuação. Esse encontro entre universidade e comunidade permite experimentar "tecnologias sócio-ambientais para as transformações sócio-espaciais". Tendo como princípio a função social da terra e da cidade, o direito à moradia adequada manifesta-se também como direito à água, à memória, ao cotidiano, direitos esses que somados a muitos outros se consubstanciam no direito à cidade. Entendendo que a justiça social e ambiental do espaço urbano passa pela insurgência contra a dicotomia que trata ambiental e urbano como elementos antagônicos, as experiências narradas no texto visam à

superação desse modelo dual por um outro que inclua a diversidade e a complexidade das estruturas urbanas em seus processos de produção.

Encerrando a publicação, em "Cuidar da criança em sofrimento: a contribuição da Psicologia Social para a humanização da escola", Luiz Carlos Rena e Manoel Deusdedit Júnior discorrem sobre o projeto "Psicologia na Escola e na Comunidade", realizado como atividade de extensão do Curso de Psicologia da PUC Minas em Betim, em parceria com o Instituto Cultiva e com o poder público municipal de Contagem. Desse bom encontro, alcançou-se simultaneamente ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais a crianças e adolescentes e suas famílias e preparar profissionais para a produção de cuidados, enfatizando a importância da relação com a comunidade como componente indispensável à formação integral que é desenvolvida na graduação.

Ao compartilhar as experiências e reflexões apresentadas neste volume da série **Cadernos do Nesp**, espera-se que a leitura dos textos aqui apresentados possa inspirar novos projetos que visem à reinvenção e à novidade, em face às lógicas de funcionamento que se hegemonizam em determinados modos de existência, nas cidades. Trata-se de intervir no mundo através dos processos microscópicos-moleculares, fios formadores do tecido social e lugares em potencial para a busca do novo.